

Apresentação

Há quatorze anos a Revista de Educação Popular (REP) vem promovendo a reflexão sobre o papel e o lugar da educação popular na educação universitária e, especialmente, sobre as possibilidades de interação dialógica entre os saberes acadêmicos e populares. Ao longo desses anos, o periódico consolidou-se como instrumento importante para o estabelecimento desse debate. Esta edição inscreve-se, certamente, nesse processo, como você poderá ler nos artigos e relatos de experiência.

O primeiro artigo trata da contribuição de Francisco Ferrer y Guardia para a educação das classes operárias. Indubitavelmente, a educação popular (EP) é signatária da defesa e da prática de uma educação não hermética às classes operárias, o que faz com que a leitura desse texto contribua para a compreensão histórica desse processo. O segundo texto também nos remete ao percurso histórico da EP, sua perspectiva e luta emancipatórias, situando-as no contexto dos desafios que ora se apresentam a ela e que, por sua vez, nos leva a refletir sobre o lugar e as causas do que se desenha, pelo menos aparentemente, como uma crise identitária. O texto contribui para o debate na medida em que situa a questão em uma perspectiva histórica, ao mesmo tempo em que apresenta elementos da cotidianidade hodierna. O terceiro artigo traz, em si, elementos da experiência e das práticas como fundadoras do processo formativo/educacional. O texto permite retomar dimensões formadoras e significantes do trabalho, mesmo em situações limites, possibilitando-nos visualizar a condição de gênero em seus limites emancipatórios e suas possibilidades, constituindo-se em rica contribuição para refletirmos a partir da pesquisa e da experiência que o norteiam. No quarto artigo, temos uma importante reflexão sobre o papel do gestor educacional e sua prática nos espaços e na lida com os saberes populares. A reflexão acerca de experiências sobre os saberes extramuros, nos Distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, em Uberlândia-MG, trazem, além daqueles advindos das especificidades de um espaço rural, os que conformam na rica troca de experiências entre os sujeitos que se constituem e se transformam por meio de uma prática educativa popular emancipatória.

Contribuindo para a reflexão referente à educação popular como prática emancipatória formada e formativa nos espaços e movimentos de luta, o quinto artigo mostra processos sociais formativos de ideias e gentes a partir das experiências vivenciadas no Acampamento Irmã Dorothea Stang, em Mato Grosso do Sul. O artigo seguinte traz as experiências de educação envolvendo a EP a partir da promoção da saúde mediada pela cultura. De fato, tem-se a dimensão intrínseca do bem-estar em sua íntima relação com processos que permitem aos sujeitos se verem nesta condição, como agentes, como participantes ativos dos processos que o envolvem e contribuem para moldar suas existências, o que se vislumbra por meio da metodologia problematizadora na promoção da saúde que parte das fichas e círculos de cultura. O sétimo artigo traz significativa contribuição para a compreensão não apenas da EP, mas da sua indissociável relação com a extensão universitária, a partir da verificação de como a temática da saúde aparece em artigos derivados de experiências extensionistas. O texto contribui como importante diagnóstico a respeito da extensão na promoção da saúde, revelando caminhos a percorrer na necessária superação de seu caráter assistencialista que, se cumpriu papel relevante nos primórdios da extensão, hoje necessita ser superado para a consolidação de sua efetiva função formativa para os sujeitos envolvidos.

Na interface do campo da educação, da saúde e das necessidades do sujeito, o artigo seguinte aponta para avanços necessários no caminhar da implementação e consolidação de políticas públicas afeitas à inclusão. O texto apresenta a reflexão sobre os desafios que envolvem a escola e seus sujeitos na promoção das condições necessárias à inclusão efetiva de pessoas com Síndrome de Down. Mas, se a discussão se situa a partir deste campo de observação da inclusão, o artigo permite uma interpretação extensiva, que nos aponta para a efetiva necessidade de reorganização estrutural e relacional para a efetivação das condições necessárias ao cumprimento do preceito constitucional de dignidade à pessoa humana, sem exceções. O último artigo também traz a interface de saberes acadêmicos e populares, evidenciando como os sujeitos envolvidos se propõem a refletir sobre suas práticas e seus lugares. De fato, ao refletirem sobre a noção de disciplina e indisciplina, professores/as ao olharem para suas alunas/os, também olham para si neste processo,

construindo elementos para sua constante formação que também se dá a partir de sua própria prática.

Na seção Relatos de Experiência, o primeiro texto mostra experiências vivenciadas por trabalhadores rurais assalariados e sua luta pelo acesso a terra, explicitando contradições que envolvem esse processo. O relato contém elementos e fragmentos desta luta em que sensibilidades e sujeitos vão sendo forjados no e por meio das práticas afeitas ao campo do trabalho. O segundo relato explicita as experiências vivenciadas a partir dos diálogos entre a EP e a Lei 10.639 e seu processo de implementação e consolidação efetivas, mas também permite à Universidade outros olhares sobre si mesma, seus sujeitos e suas práticas, posto que tem por base a experiência de desenvolvimento educacional para jovens e adultos trabalhadores/as que atuam como terceirizados em um dos campi da Universidade Federal Fluminense. O relato seguinte expõe a experiência de ciclos de debate sobre a trajetória e relação das mulheres com a educação. Nesse sentido, contribui para dar visibilidade a discussões afeitas à questão de gênero e também a questões ligadas à emancipação feminina por meio do processo histórico desta relação, contribuindo significativamente para questão essencial à emancipação e igualdade de direitos. É também na perspectiva da redução contra a desigualdade de gênero que se inscreve o quarto relato. A partir de estudos e discussões acerca de procedimentos contraceptivos, a condição feminina ganha centralidade, possibilitando a visão e a consideração da mulher para além de sua condição reprodutiva, mas como sujeito de direitos e de desejos que, por sua vez, necessita ser considerada em uma sociedade que se propõe a se (re)construir como democrática e de direitos efetivos. O quinto relato também traz ao centro a discussão de gênero e sua relação com a saúde, mas o faz ampliando-o, considerando a questão ambiental como importante elemento neste processo. As experiências relatadas derivam dos saberes e práticas agroecológicas de mulheres do Vale do Itajaí que, ao se disporem para o diálogo e as trocas, revelaram as relações intrínsecas e indissociáveis entre trabalho, saberes e cultura que se mobilizam como práticas formativas para emancipação. Por fim, o último relato explicita o encontro entre o conhecimento e as práticas acadêmicas com os saberes populares, do qual resulta a produção de cartilhas e materiais pedagógicos configurados a partir dos causos, contos e cantigas populares do povoado de Itaipava de Vargem Grande do Rio Pardo, no Norte de Minas Gerais. O relato parte da dimensão muito rica dos saberes populares que, ao ganharem a forma do saber acadêmico, propicia na formação educacional também a preservação da cultura e identidade das gentes e seus lugares.

Após esta breve apresentação nos é possível afirmar o quanto o reconhecimento do outro, de seus saberes e suas práticas são essenciais à produção de um conhecimento para a conformação de uma sociedade justa, solidária e emancipada. De fato, tal conjunto de textos nos aponta para a luta pela consolidação de concepções e práticas libertárias e emancipatórias, seja a partir da questão de gênero, das relações étnico-raciais, de renda, de promoção da saúde ou outros campos. São, essencialmente, reflexões derivadas de práticas que objetivam cumprir e fazer cumprir o preceito constitucional de um Estado que se quer democrático e direito e que, para tal, reconhece como fundamental a dignidade da pessoa humana. Todavia, não é possível ou não há que se falar nessas conquistas como se concretizadas. De fato, sem o combate diário e constante a toda e qualquer forma de discriminação; sem o reconhecimento que se trata, afinal, de um campo de disputas em que, infelizmente, ainda há defensores de práticas misóginas, discriminatórias quanto à raça, sexualidade e tantas outras, corremos o risco de recuos e retrocessos que ameaçam nossa dignidade como pessoas humanas, nosso processo emancipatório como sujeitos de direitos.

Assim, portodos os campos e em todos os meios é necessário que nos fortaleçamos, intensifiquemos nossas atuações, especialmente na interface da educação acadêmica e popular, que é o campo em que se inscreve a REP. É por meio e em função dessas posições que defendem as políticas públicas afirmativas e emancipatórias para um efetivo Estado de direito e de uma sociedade democrática fundamentada em direitos garantidores da dignidade da pessoa humana que dizemos aos que não coadunam com estes princípios: não passarão!

Gláucia Carvalho Gomes

Editora